



Número: **0801059-65.2018.8.18.0039**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Barras**

Última distribuição : **21/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 28.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
L. A. D. S. (AUTOR)	LARA RIELLY FEITOZA SOARES (ADVOGADO)
VITORIA MARIA ALCANTARA DA SILVA (AUTOR)	LARA RIELLY FEITOZA SOARES (ADVOGADO)
M. C. A. D. S. (AUTOR)	LARA RIELLY FEITOZA SOARES (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37753 69	21/11/2018 14:06	<u>Despacho</u>	Despacho
36642 29	01/11/2018 20:58	<u>Despacho</u>	Despacho
31874 27	22/08/2018 08:47	<u>Certidão</u>	Certidão
31789 30	21/08/2018 11:44	<u>Petição Inicial</u>	Petição Inicial
31792 19	21/08/2018 11:44	<u>CERTIDAO DE CASAMENTO</u>	Documentos
31792 23	21/08/2018 11:44	<u>CERTIDAO DE OBITO</u>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
31792 31	21/08/2018 11:44	<u>COMP ENDERECO</u>	Documentos
31792 35	21/08/2018 11:44	<u>DEC POBREZA</u>	Documentos
31792 37	21/08/2018 11:44	<u>DECLARACAO DE OBITO</u>	Documentos
31792 39	21/08/2018 11:44	<u>DOC FRANCISCO</u>	Documentos
31793 48	21/08/2018 11:44	<u>DOC VEICULO</u>	Documentos
31793 54	21/08/2018 11:44	<u>LAUDO CADAVERICO</u>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
31793 57	21/08/2018 11:44	<u>EXAMES - ATESTADO0001</u>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
31793 59	21/08/2018 11:44	<u>EXAMES - ATESTADO0002</u>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
31793 62	21/08/2018 11:44	<u>FILHAS</u>	Documentos
31793 64	21/08/2018 11:44	<u>PROCURACAO</u>	Procuração
31793 65	21/08/2018 11:44	<u>BO</u>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
31793 81	21/08/2018 11:44	<u>PAD</u>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BARRAS DA COMARCA DE BARRAS  
Rua São José, 864, Centro, BARRAS - PI - CEP: 64100-000

**PROCESSO Nº:** 0801059-65.2018.8.18.0039

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** LUANA ALCANTARA DA SILVA, VITORIA MARIA ALCANTARA DA SILVA, MARIA CLARA ALCANTARA DA SILVA

Nome: LUANA ALCANTARA DA SILVA

Endereço: VERTENTE GRANDE, zona rural, BOA HORA - PI - CEP: 64108-000

Nome: VITORIA MARIA ALCANTARA DA SILVA

Endereço: VERTENTE GRANDE, ZONA RURAL, BOA HORA - PI - CEP: 64108-000

Nome: MARIA CLARA ALCANTARA DA SILVA

Endereço: VERTENTE GRANDE, ZONA RURAL, BOA HORA - PI - CEP: 64108-000

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Rua Senador Dantas, 74, - de 58 ao fim - lado par ANDAR 5,6,9,14 E 15 ANDA, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

#### MANDADO

O(a) Dr.(a) , MM. Juiz(a) de Direito da **Vara Única da Comarca de Barras** da Comarca de BARRAS, MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente Despacho-mandado, proceda a **CITAÇÃO/INTIMAÇÃO decisão abaixo**

#### DESPACHO-MANDADO

1. **Designo o dia 19.02.2019 às 11:00 horas**, para realização de audiência de conciliação ou de mediação, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, mediante carta ou mandado, conforme o caso. O autor deverá ser intimado por seu advogado, mediante publicação oficial.
2. As partes deverão ser advertidas de que o seu não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.
3. Expedientes necessários. Cumpra-se.
4. **DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO.**

5. Por este documento, fica o Oficial de Justiça que o portar autorizado a requisitar força policial para o cumprimento da diligência nele determinada. **CUMPRA-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.** Poderá o Oficial de Justiça, para o cumprimento da diligência do mandado, proceder conforme o disposto no § 2º do art. 212 do CPC.

BARRAS-PI, 20 de novembro de 2018.

**Patrícia Luz Cavalcante**  
**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Barras**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**VARA ÚNICA DA COMARCA DE BARRAS DA COMARCA DE BARRAS**  
Rua São José, 864, Centro, BARRAS - PI - CEP: 64100-000

**PROCESSO Nº:** 0801059-65.2018.8.18.0039

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** LUANA ALCANTARA DA SILVA, VITORIA MARIA ALCANTARA DA SILVA, MARIA CLARA ALCANTARA DA SILVA

Nome: LUANA ALCANTARA DA SILVA

Endereço: VERTENTE GRANDE, zona rural, BOA HORA - PI - CEP: 64108-000

Nome: VITORIA MARIA ALCANTARA DA SILVA

Endereço: VERTENTE GRANDE, ZONA RURAL, BOA HORA - PI - CEP: 64108-000

Nome: MARIA CLARA ALCANTARA DA SILVA

Endereço: VERTENTE GRANDE, ZONA RURAL, BOA HORA - PI - CEP: 64108-000

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Rua Senador Dantas, 74, - de 58 ao fim - lado par ANDAR 5,6,9,14 E 15 ANDA, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

#### **MANDADO**

O(a) Dr.(a) , MM. Juiz(a) de Direito da **Vara Única da Comarca de Barras** da Comarca de BARRAS, MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente Despacho-mandado, proceda a **CITAÇÃO/INTIMAÇÃO decisão abaixo**

#### **DESPACHO-MANDADO**

1. Defiro a assistência judiciária, por estarem preenchidos os requisitos da Lei nº 1.060/50.

A petição inicial encontra-se na sua devida forma, atendendo aos requisitos previstos no art. 319 do Código de Processo Civil Brasileiro.

Sendo assim, recebo a petição inicial para os seus devidos fins.

Não obstante perceber que, nas inúmeras demandas que as instituições financeiras figuram como rés neste juízo e no Juizado Especial Cível desta comarca, estas geralmente deixam de formular proposta de acordo, por se tratar de causa que admite a autocomposição, buscando a solução consensual dos conflitos (art. 3º, §2º, CPC/2015) e revendo posicionamento anterior, designo Sessão de Conciliação e Mediação para o dia **19/02/2019, às 09h00min.**

Cite-se o Réu com antecedência de até 20 (vinte) dias para a sessão de conciliação e mediação supra-designada (art. 334, *caput*, CPC). O autor deverá ser intimado por seu advogado, mediante publicação oficial. Presidirá a Sessão de Conciliação e mediação Conciliador lotado neste Juízo (art. 334, § 1º, NCPC).

Advirto que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado (art. 334, §8º, CPC/2015).

2. **DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO.**
3. Por este documento, fica o Oficial de Justiça que o portar autorizado a requisitar força policial para o cumprimento da diligência nele determinada. **CUMpra-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.** Poderá o Oficial de Justiça, para o cumprimento da diligência do mandado, proceder conforme o disposto no § 2º do art. 212 do CPC.

BARRAS-PI, 1 de novembro de 2018.

**Thiago Coutinho de Oliveira**  
**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Barras da Comarca de BARRAS**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BARRAS DA COMARCA DE BARRAS**  
Rua São José, 864, Centro, BARRAS - PI - CEP: 64100-000

---

**PROCESSO Nº:** 0801059-65.2018.8.18.0039

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** LUANA ALCANTARA DA SILVA, VITORIA MARIA ALCANTARA DA SILVA, MARIA CLARA ALCANTARA DA SILVA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

#### **Certidão de Triagem**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da presente ação, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

BARRAS-PI, 22 de agosto de 2018.

**ANTONIO WILSON LAGES DO REGO**  
**Secretaria da Vara Única da Comarca de Barras**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BARRAS-PI**

-

-

**VITORIA MARIA ALCANTARA**, brasileira, viúva, agricultora, portadora do CPF nº 034.909.683-01, cédula de Identidade RG nº 2.383.700 – SSP/PI, LUANA ALCANTARA DA SILVA, brasileira, menor, CPF nº 090.284.753-89, RG nº 4.629.074 SSP-PI e MARIA CLARA ALCANTARA DA SILVA, brasileira, menor, CPF nº 090.836.843-77, RG nº 4.462.347 SSP-PI, representadas por sua genitora, residente e domiciliada na Localidade Vertente Grande, s/n, Zona Rural, Boa Hora-Pi, por sua bastante procuradora e advogada “in fine” assinada, legalmente constituída na forma definida pela procuração Adjudicia, em anexo, com endereço profissional na Praça Luis Miranda, 294, centro, Campo Maior-Pi, cep: 64280-000, onde recebe citações e intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

**ACÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

-

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consórcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, ANDAR 5,6,9,14 E 15 ANDA RES5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205 pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

**1) DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer à V. Exª. Seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

**2) DA SITUAÇÃO FÁTICA**

A requerente é viúva de Francisco Antonio da Silva, portador do CPF nº 005.307.913-23 e com RG nº 2.536.887, falecido em 30/05/2017, vítima de acidente de trânsito, quando trafegava em motocicleta pela Pi que liga a cidade de Barras a Piripiri, com destino a localidade Vertente, município de Boa Hora, onde residia. Nas mediações da cidade de Boa Hora, este veio a colidir com um animal, causando forte impacto,

vindo a falecer de imediato, conforme Certidão em anexo, onde aponta que o evento morte fora causado por edema cerebral, hemorragia intracraniana e traumatismo crânio-encefálico, decorrente do acidente automobilístico.

O acidente aconteceu durante a constância do casamento entre o falecido e a requerente, conforme prova certidão de casamento em anexo. Tendo deixado ainda duas filhas menores, Vitoria Maria Alcantara e Luana Alcantara da Silva, neste ato representadas por sua genitora (documentos em anexo).

Salienta-se que o direito da Autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo-lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Ainda Excelência, a requerente faz juza indenização por danos morais, ante todo o abalo psicológico sofrido e ainda, além de ter que conviver com o dissabor da perda prematura de seu marido, a qual também era o único responsável pela fonte de renda da família, com duas crianças para criar, sendo lavradora, a requerente sequer teve seu pedido administrativo apreciado, mesmo após ter juntado todos os documentos necessários. Assim, resta claro e evidente que a inércia e o descaso da seguradora para com a requerente por si só já configuram causa para a condenação da requerida ao pagamento de danos morais sofridos.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr. Francisco Antonio da Silva, culminado com o óbito, a Requerente esposa do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

### **3) DO DIREITO**

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:



*“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea l nestes termos:*

*Art. 20, l – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.*

*Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;*

*Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.*

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto é cônjuge sobrevivente da vítima.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

***APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT -INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE Ocorrência - IRRELEVÂNCIA - JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO - ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO A QUO - EDIÇÃO DA MP N 340 /2006 - MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIÇÃO INFLACIONÁRIA - RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).***

***EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS.(TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).***

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

**EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA.** *Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).*

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

*Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)*

Desse modo, recorreremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

#### **4) DOS DANOS MORAIS**

O art. 3º da lei 6.194/74 não limita cobertura de seguro obrigatório DPVAT a danos de natureza material. Entendimento da 2ª seção do STJ se deu durante julgamento de recurso de uma empresa de transporte coletivo do DF.

Segundo a ministra Nancy Andrichi, relatora, embora a lei "especifique quais os danos indenizáveis – morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares –, não há nenhuma ressalva quanto ao fato de não estarem cobertos os prejuízos morais derivados desses eventos.

Assim, é plenamente possível a indenização a título de danos morais.

No caso da requerente, além do abalo pela morte prematura do marido, vendo-se uma simples lavradora com duas filhas menores a criar, esta ainda teve que conviver com o dissabor de, após inúmeras tentativas junto a seguradora de obter o recebimento dos valores as quais faz jus, ter seu pedido se quer apreciado pela mesma, que se manteve **INERTE, tratando sua situação com TOTAL DESCASO, razão pela qual requer-se DESDE JÁ a condenação da reclamada ao pagamento pelos danos morais sofridos.**

Ocorre que o dano moral como é cediço, deriva da dor íntima, uma comoção interna, um constrangimento gerado naquele que o sofreu e que repercutiria de igual forma em outra pessoa nas mesmas circunstâncias. No caso em tela, a autora teve sua moral violada de maneira descarada, no instante em que fora tratada pelo réu de maneira indigna, pois nenhuma de suas solicitações foi atendida, sem contar a

explícita má-fé e animus lucrandi por parte do réu que se aproveitando da vulnerabilidade da autora vislumbrou uma boa oportunidade de se enriquecer ilicitamente, sendo notório que tal fato ultrapassa a órbita do mero aborrecimento do cotidiano, maculando desta forma a moral, a dignidade, a honra e autoestima da demandante.

Sob esta atmosfera é de suma importância destacar o que alude o art. 186 do Código Civil, in verbis:

**“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.**

E na mesma inteligência, temos a exegese do artigo 927 do Codex Civilis:

**“Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”**

É exatamente isso que se pretende com o pedido de danos morais: uma satisfação, uma compensação pelo sofrimento que experimentou a autora. Tal nada mais é do que uma contrapartida do mal sofrido, com caráter satisfativo para o lesado e punitivo para a Ré, causadora do dano, para que se abstenha de realizar essa conduta lesiva.

Assim, diante de todo o exposto a Autora se viu obrigada a recorrer ao Judiciário, Poder do Estado, bem como ser condenada a compensar os danos morais causados a Autora, traduzidos por toda humilhação e transtorno causados a esta.

-

## **5) DA PERÍCIA**

Deixa de requerer perícia e, conseqüentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito do periciado, não havendo necessidade para tal.

## **6) DO PEDIDO**

Diante do exposto, **REQUER-SE:**

A citação do requerido, para que compareça à audiência previamente designada, apresentando defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito, para no final ser a ação julgada procedente com a condenação do requerido ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais.

A condenação da requerida ao pagamento no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) referentes aos danos morais sofridos, ou em outros valores a serem arbitrados por Vossa Excelência.

Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a requerente de pessoa pobre nos termos da Lei nº. 1060/50.

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos, e prova testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede e Espera DEFERIMENTO.

Campo Maior-Pi, 20 de Agosto de 2018.

---

**Lara RiellyFeitoza Soares**

**Advogada**

**Oab-Pi 11594**